

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

Missões Jesuítas no Sul do Brasil: 400 anos de Legado Econômico

Jorge Luis Tonetto, Josep Pique, Carina Rapetti

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13018>

Submetido em: 2025-08-19

Postado em: 2025-08-22 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Adalmir Marquetti (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5864-3557>)

Missões Jesuítas no Sul do Brasil: 400 anos de Legado Econômico

Jesuit Missions in Southern Brazil: 400 Years of Economic Legacy

Misiones Jesuitas en el Sur de Brasil: 400 años de Legado Económico

Autores:

Jorge Luis Tonetto. Ph.D. La Salle – Universidad Ramon Llull, Calle de Sant Joan de La Salle,

42, 08022 Barcelona, Spain.

Email: jorgeluis.tonetto@salle.url.edu

<https://orcid.org/0000-0002-9704-6894>

Josep Miquel Pique. Ph.D. La Salle – Universidad Ramon Llull, Calle de Sant Joan de La Salle, 42, 08022 Barcelona, Spain.

Email: jm.pique@salle.url.edu.

<https://orcid.org/0000-0002-0215-0139>

Carina Rapetti, Ph.D. La Salle – Universidad Ramon Llull, Spain, Universidad Ramon Llull, Calle de Sant Joan de La Salle, 42,08022 Barcelona, Spain.

Email: carina.rapetti@salle.url.edu.

<https://orcid.org/0000-0001-6423-7478>

Autor correspondente: Jorge Luis Tonetto, jorgeluis.tonetto@salle.url.edu

Resumo

A história econômica dos povos exige análise e avaliação consistente dos fenômenos e fatos da evolução humana. As Missões Jesuíticas se constituem em experiência única no seu tempo. Este estudo tem como objetivo identificar os elementos econômicos introduzidos pelos jesuítas no sul do Brasil entre 1626 e 1756, e avaliar, com base em dados econômicos atuais, possíveis conexões que persistem quase 400 anos depois. Os resultados apontam para a presença de forte identidade e legado econômicos, onde no mínimo 50% dos produtos da época seguem sendo produzidos em cada município e que 22% da produção atual é baseada nos produtos originários do Séc. XVII. A análise da diversidade produtiva sugere que o aumento de 1% na população gera 6 novos produtos. O método utilizado é qualitativo de natureza histórico-interpretativa, e inclui análise estatística de 66.499 observações de produtos atuais.

Palavras-chave: Missões Jesuíticas; História Econômica; Desenvolvimento econômico; Planejamento e Política de Desenvolvimento Regional; Análise de clusters.

Abstract

The economic history of societies requires consistent analysis and evaluation of the phenomena and facts of human evolution. The Jesuit Missions constituted a unique experience of their time. This study aims to identify the economic elements introduced by the Jesuits in southern Brazil between 1626 and 1756 and to assess, based on current economic data, possible connections that persist almost 400 years later. The results indicate the presence of strong economic identity and legacy, where at least 50% of the products from that period are still produced in each municipality, and 22% of current production is based on products originating in the 17th century. The analysis of productive diversity suggests that a 1% increase in population

generates six new products. The method employed is quali-quantitative, of a historical-interpretative nature, and includes statistical analysis of 66,499 observations of current products.

Keywords: Jesuit Missions; Economic History; Economic Development; Regional Development Planning and Policy; Cluster Analysis.

Resumen

La historia económica de las sociedades exige un análisis y una evaluación consistentes de los fenómenos y procesos de la evolución humana. Las Misiones Jesuíticas constituyeron una experiencia única en su tiempo. Este estudio tiene como objetivo identificar los elementos económicos introducidos por los jesuitas en el sur de Brasil entre 1626 y 1756 y evaluar, con base en datos económicos actuales, las posibles conexiones que persisten casi 400 años después. Los resultados indican la presencia de una fuerte identidad y legado económicos, dado que al menos el 50% de los productos de aquella época siguen siendo producidos en cada municipio, y el 22% de la producción actual se basa en productos originados en el siglo XVII. El análisis de la diversidad productiva sugiere que un aumento del 1% en la población genera seis nuevos productos. El método empleado es cuali-cuantitativo, de carácter histórico-interpretativo, e incluye un análisis estadístico de 66.499 observaciones de productos actuales.

Palabras clave: Misiones Jesuíticas; Historia Económica; Desarrollo Económico; Planificación y Política de Desarrollo Regional; Análisis de clústeres.

1. Introdução

Dificilmente um movimento representou tanto o espírito do homem rebelde proclamado por Albert Camus como as Missões Jesuíticas da Companhia de Jesus de Santo Inácio de Loyola (CJ). Em pleno século XVII onde a Inquisição tinha um poder quase absoluto na Igreja tanto na Espanha como em Portugal, e que se estendia a México e Peru, a CJ agia no sentido da pedagogia cristã e da tolerância. Os jesuítas tinham um papel representativo complexo em que abrangia a Igreja, a Monarquia e a Companhia de Jesus. Além da missão de catequese que enfrentava a resistência cultural prevista, havia outras dificuldades com os escravagistas paulistas e os encomenderos do Paraguai. Muitos conflitos aconteciam dentro da relação eclesiástica da Companhia de Jesus com os Bispos locais em termos de jurisdição, sendo que ambos respondiam ao Papa. Assim como eram frequentes os conflitos entre a Igreja e o Estado, ou seja, o Papado e os Monarcas. Os Patronatos Reais—conjunto de privilégios e acordos jurídicos e religiosos estabelecidos entre a Monarquia Ibérica e a Santa Sé— acabaram se confundindo com a administração monárquica das colônias (Kern, 1982). O projeto jesuíta encontrava-se cercado por um emaranhado de interesses (Fernandes, 1998).

O projeto missionário da CJ completa 400 anos e possui toda essa representatividade e importância. Neste estudo buscamos elementos, resquícios e fundamentos dos impactos que essa ação social apostólica gerou e ainda continua gerando em território que tem como um dos

seus capítulos mais significativos as missões jesuíticas dos Sete Povos das Missões. O método a ser utilizado será o da pesquisa em artigos, livros e dados de elementos de fundação de setores econômicos que moldaram e perduraram na sociedade que vive nesse território.

Os indícios mais remotos da presença do homem na América são de 38 mil anos atrás, quando os homens provavelmente vieram atrás das renas do polo norte da Ásia para a América. No Rio Grande do Sul (RS) vivem a pelo menos 6 mil anos, sendo inicialmente coletor, vivendo como nômade e até como sedentário em lugares de alimentação mais abundante (Lazzarotto, 1978). O guarani vivia como seminômade e através das missões jesuíticas viveu uma experiência única na história universal. Cabe ressaltar que há dúvidas da população total guarani na época, onde há relatos de até 2 milhões de pessoas. Estima-se que 10% dos guaranis entraram nas reduções, e que elas em seu auge contaram com 140 mil almas. O projeto jesuíta encontrou no povo guarani o seu destino perfeito. O termo redução é aplicado no sentido de redirecionar e não de diminuir. Consistia na ideia de reconduzir o pagão ao caminho do cristianismo e salvação (Viana, 2008).

Até a eclosão da guerra guaranítica em 1756, haviam se passado cerca de 8 gerações de experiência jesuíta nas Missões do Sul. Durante esse período a Europa enfrentou transformações intensas, como a União Ibérica (1580–1640), em que Portugal e Espanha foram governados por um mesmo monarca; disputas coloniais envolvendo França e Holanda; e a constante atuação do Santo Ofício. Essas dinâmicas europeias influenciaram diretamente as diretrizes e os conflitos no contexto americano, incluindo a supressão da ordem jesuíta em 1773.

No contexto das teorias econômicas de desenvolvimento e desigualdade, uma hipótese muito difundida é a de que um mundo setentrional é superior ao meridional, o que não encontra respaldo. As civilizações Asteca e Inca eram muito superiores as encontradas na América do Norte e no polo mais ao Sul da América (Acemoglu & Robinson, 2012). Algumas teorias tentam justificar as dificuldades do desenvolvimento pelo clima e outros fatores discriminatórios.

O objetivo deste estudo é identificar evidências da influência econômica dos jesuítas na região das Missões em território brasileiro que esteja presente atualmente. A pesquisa pretende contribuir para uma maior compreensão da formação histórica regional, como na valorização de um passado institucional as vezes negligenciado em análises econômicas contemporâneas, e para esclarecer a herança jesuíta missioneira como elemento estruturante nas identidades econômicas locais e regionais. Além desta introdução, a seção dois apresenta uma descrição do projeto jesuíta e seu contexto. Na seção três é abordado a economia da época das missões. A seção quatro dedica-se a revisar teorias e ideias econômicas alinhadas ao tema e a região. A metodologia é apresentada na seção cinco, trazendo detalhamento dos métodos e procedimentos

utilizados. Na seção seis são apresentados e discutidos os resultados encontrados e, por fim, na última seção são apresentadas as principais conclusões do estudo.

2. O projeto das Missões Jesuítas nos séculos XVII e XVIII

Muito além dos confins do Paraguai atual, a língua Guarani era comum a essa população superior a um milhão de pessoas. Registro de 1934 indicam o Guarani como fisicamente robusto, ágil e de baixa estatura, com pele de cor de cobre de tonalidade oliva, com rosto largo de malares salientes e olhos negros as vezes repuxados. Guarani pode significar gente ou gente valente, que na prosa pode ser entendido como guerreiro. O ramo tupi era tido como o mais belicoso. No entanto os Guaranis são reconhecidos por serem sociáveis e até dóceis entre os historiadores contemporâneos, com convívio mais espontâneo com os europeus do que os outros povos da América (Lugon, 1977).

Figura 1 – Ilustração da relação entre jesuíta e cacique



Fonte: Ilustração produzida exclusivamente para este artigo por Elio Dornelles Andres Filho.

Esses aspectos físicos são corroborados por Lazzarotto (1978) que descreve o guarani como de estatura média-baixa, proporcional, rosto largo, mãos salientes, cabelos lisos, olhos pequenos e pretos, ombros largos. Possuía caráter dócil e pacato, indolente e imprevidente, podendo suportar fadiga e dor. Era monogâmico com exceção dos caciques.

Cada tribo possuía um cacique, que era reconhecido por sua bravura ou por sua oratória, com uma autoridade que embora absoluta podia se tornar frágil perante o coletivo. Não existiam relações de dependências ou hierárquicas entre os caciques, onde cada tribo funcionava de forma isolada. Nas reduções podia se encontrar de 30 a 50 caciques, onde paulatinamente sua autoridade acabava sendo meramente figurativa pela introdução de regramentos e novos papéis sociais. No entanto, os Guaranis eram mais ou menos nômades, sendo voltados a caça, pesca e a agriculturas primitivas, entre elas o cultivo do milho, mandioca e batata doce. Também há registros sobre feijão, abóbora, amendoim e frutas silvestres (Lazzarotto, 1978; Lugon, 1977).

Nos períodos de plantio e colheita a tribo ficava mais localizada. Os guaranis acreditavam em um só Deus, sem a presença de sacerdotes e sem culto exterior ou sacrifícios. Havia a figura dos médicos feiticeiros (Lugon, 1977).

Reporta-se a chegada da CJ ao Paraguai ao final do século XVI. O modelo paraguaio diferia do peruano que estava de acordo com o mundo colonial e escravocrata, e baseado no extrativismo mineral. Um dos entraves da época é que a condições da escravidão não coadunavam com a pregação de um Deus de bondade. O projeto da CJ passou por vários momentos, onde a princípio eram incursões volantes que não apresentaram resultados consistentes. Diante disso foi decidido criar comunidades fixas em torno de uma capela. Um projeto urbano completo, onde a capela é o centro com uma grande praça quadrada a sua frente. Um quintal aos fundos da igreja e esta tendo ao lado direito o colégio dos jesuítas e oficinas, e ao lado esquerdo o cemitério e hospital. Junto a praça havia as habitações familiares. As avenidas eram largas e as quadras em ângulos retos facilitando a sua ampliação. A praça cercada de pinheiros, palmeiras ou laranjeiras e com monumentos religiosos. As reduções contavam em média com 5 mil pessoas, mas podiam chegar até 15 mil segundo relatos. Para Fernandes (1998) a aldeia não pode ser comparada a uma cidade, pois havia a interação limitada de atores, preponderantemente jesuítas e indígenas. Desta forma não reproduzia as mesmas tensões e laços de solidariedade e compromissos de uma cidade.

Eram na verdade cidades, e se evitava chamar a atenção disso pela cobiça dos colonizadores. Segundo listas oficiais, mais de 140 mil pessoas ao todo habitavam os 30 povoados. Para fins de impostos foram reconhecidos até 50 mil pessoas nas reduções (Lugon, 1977). Conforme Carvalho e Melo (1989) — o Marquês de Pombal —, às margens dos rios,

os jesuítas haviam criado uma grande povoação, rica e opulenta, habitada por quase 100 mil almas. Nessa narrativa, o Marquês utilizava argumentos para confrontar o projeto da Companhia de Jesus e respaldar sua visão em prol do déspota esclarecido e racional. Segundo Lutterbeck (1977) até 1634 tinham sido fundadas 21 reduções onde viviam mais de 100 mil indígenas cristianizados.

Havia uma política natalista como forma de profilaxia moral. As famílias eram compostas de 2 ou 3 filhos, não sendo muito numerosas. A mortalidade infantil era acentuada e era difícil para os mais velhos atingir a idade de 50 anos. Havia epidemias de sarampo e varíola e escarlatite (Diamond, 2018; Lugon, 1977; Paim, 2009). Alguns autores reportam como choque microbiano e que levou a dizimar boa parte da população indígena

Para fins de comparação a cidade de Buenos Aires tinha 5 mil habitantes em 1725, e toda província de Buenos Aires e Paraguai não tinham mais que 268 mil pessoas entre indígenas, negros, e mestiços 30 anos após a expulsão dos jesuítas. Normalmente quando uma redução crescia muito havia o deslocamento de parte da população para uma nova redução. Os bens moveis eram repartidos para que houvesse um bom novo início e os imóveis pagos já que a propriedade era comum e utilizavam o lema “de cada um, segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho e necessidades” (Oliveira, 2009).

Conforme Lazzarotto (1978) havia 500 mil índios¹ no RS no início do século XVII, de três grandes grupos: Gê, Guaraní e Charruas. Os Gês foram dizimados por peste em 1610 e pela ação dos bandeirantes. Poucos sobraram dando origem aos Kaingang (morador do mato). Segundo o autor os Guaranis também sofreram fortemente com a ação dos bandeirantes, sobrando poucos na região das Missões. O Pampeano ou charrua se situava mais junto ao Pampa e Uruguai. Os três grupos tinham uma certa inimizade.

A solução jesuíta se viabilizou a partir da impossibilidade de subjugar os índios do Guairá, sendo esta a opção do Rei Felipe 3 (Lugon, 1977). Nesse contexto, as reduções ficariam a margem do mundo colonial e segundo a lei do evangelho. O Decreto oficial foi obtido em 1611, e o estatuto das reduções confirmado em 1631. As reduções eram um refúgio de liberdade. Importante notar que a maioria dos indígenas era pagã, e um percentual relativamente pequeno, porém significativo, participava das reduções. Quando uma tribo renunciava a vida nômade era necessário semear e comprar gado. Cabia aos jesuítas atuar como carpinteiros,

¹ Nota: Neste trabalho, utiliza-se o termo “índios” em muitas situações para respeitar o vocabulário histórico presente nas fontes e na tradição cultural brasileira. Embora o termo “indígenas” seja hoje mais comum em documentos oficiais e acadêmicos, opta-se por preservar a forma que melhor expressa o contexto e a realidade da época tratada.

açougueiros, pedreiros, carregadores e utilizar a enxada. O resultado das colheitas gerava incremento no empenho, então era preciso escolher boas terras (Lugon, 1977). O gado fora introduzido no RS em 1634 (Barbosa, 1976).

A forma mais rápida de converter uma tribo era através do cacique. A partir da aliança entre Cacique e Jesuítas se viabilizou definitivamente a ação missionária. Os jesuítas eram vistos como verdadeiros mágicos pelos indígenas, e isto por diversas razões. Entre elas a oração para afastar os maus espíritos e as doenças, para que chova e que haja uma boa colheita, as rosas vermelhas de pano feitas para o altar, seus conhecimentos da medicina, sua generosidade com anzóis, facas e outros utensílios, sua organização da tribo do ponto de vista material (Kern, 1982). Os Jesuítas, verdadeiros líderes, eram rigorosamente selecionados e preparados, com atributos físicos, morais e espirituais, dotados de disciplina e obediência. O processo de desenvolvimento na forma das reduções jesuíticas elevou de forma geral a qualidade de vida local. No entanto, a prosperidade econômica não era estimulada além da sua contribuição a vida religiosa (Kern, 1982).

Por vezes era preciso criar novas reduções, e para isso era necessário ferramentas, instrumentos agrícolas e bois de trabalho. Faziam o povoado e depois começava realmente a parte cristã religiosa. Alguns eram encarregados da justiça, outros das milícias para proteção da região e os outros das artes mecânicas. Os bens móveis e imóveis eram recenseados e repartidos equitativamente, isso possibilitava a compensação pelo imóvel a quem migrasse. Devido a conflitos com Bandeirante houve a necessidade de migrações para estarem protegidos. As reduções sofriam ataques de colonizadores portugueses, paulistas e índios tupis vindos do Brasil que massacravam ou escravizavam os indígenas (Barbosa 1976; Lugon, 1977).

Em 1630 as reduções do Guaira contavam entre 70 mil pessoas e cem mil e já possuíam grandes manadas e colhiam algodão para se vestir. Logo a seguir iniciou-se processo de produção armas para serem retidas em arsenais e aumentar a proteção. Esse processo foi autorizado em 1639 e estendido a todas as reduções no ano seguinte. Logo já possuíam 300 fuzis e 1 canhão. Enfrentaram os mamelucos na batalha do Mbororé. O exército contava com 4 mil homens, que utilizavam ainda flechas, lanças, macanas e fundas. Cesar (1979) relata que os escravizadores quando retornaram a região tinham encontrado os Índios com as escopetas espanholas.

Depois dessa vitória abrangente foram 100 anos de relativa tranquilidade. Ao todo estima-se que os paulistas nesse período inicial ocasionaram 60 mil mortes entre 1628 e 1630, e que ao todo nos primeiros 30 anos foram escravizados ou mortos 2 milhões de guaranis (Lugon, 1977). Barbosa (1976) relata conflitos entre 1636 e 1638 quando houve várias

incursões dos bandeirantes em território gaúcho, ocasionando a migração dos Guaranis e retirada para além do Rio Uruguai em zona mais protegida. Com a destruição das Reduções Jesuíticas o gado que sobrou se desenvolveu solto pelos campos.

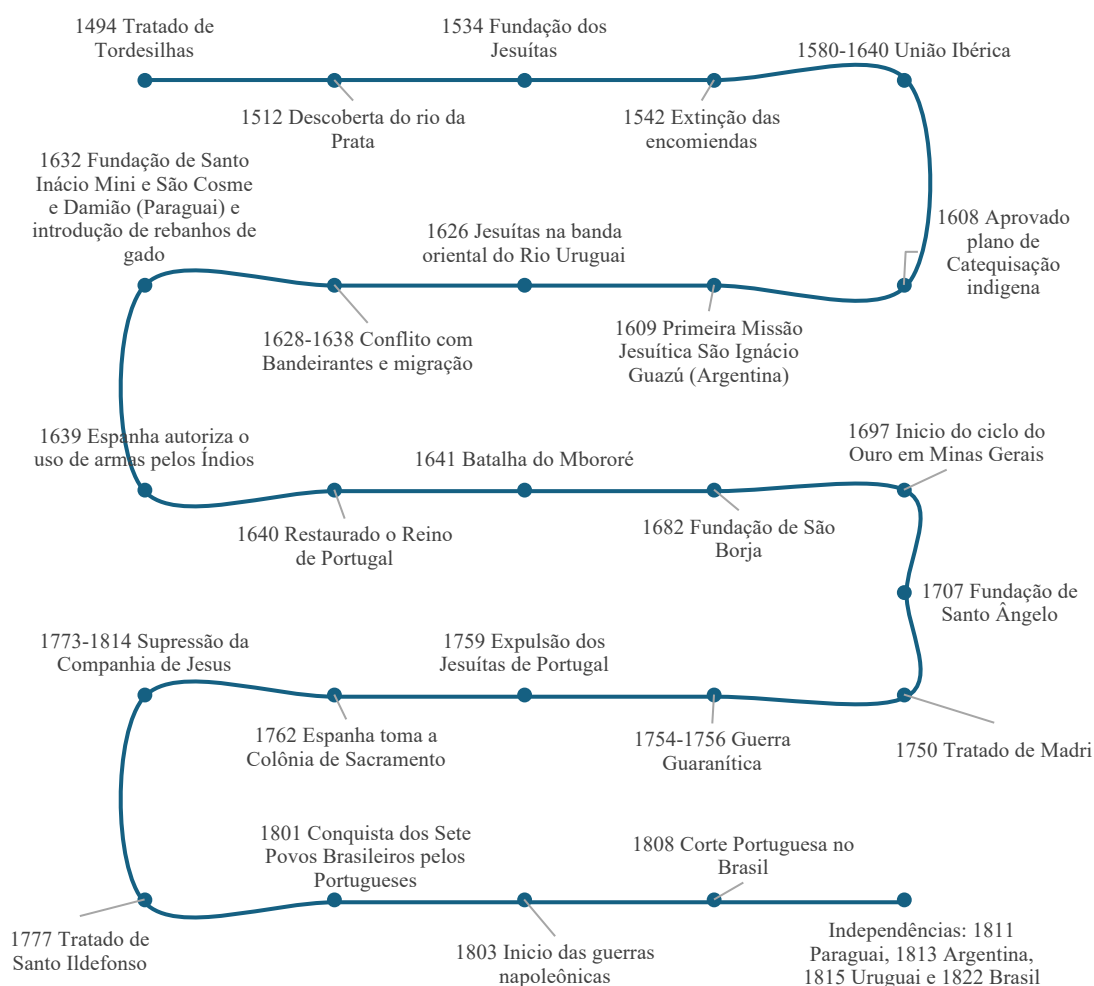
Importante registrar a situação ocorrida em Caaró, em 1628, quando os padres jesuítas Roque Gonzales, Alonso Rodríguez e Juan del Castillo, que defendiam os indígenas da escravidão, foram martirizados por um grupo de indígenas liderados por Nheçu, um xamã guarani. Esses indígenas viam a evangelização como uma ameaça à sua cultura e a associavam a uma forma disfarçada de dominação e escravidão (César, 1979).

Depois de se recolher ao território que seria definitivo entre o rio Paraná e o Rio Uruguai onde exploraram o mate, os *yerbales*, e as madeiras preciosas, voltariam novamente a crescer. Passadas quatro décadas, os sobreviventes junto com novos missionários jesuítas fundariam os sete povos das missões (Barbosa, 1976; Lugon, 1977). Ao todo foram 15 reduções na Argentina em Entre Rios, 8 reduções na margem direita do Paraná no Paraguai e 7 reduções se situariam no Rio Grande do Sul, lado oriental do Rio Uruguai: São João, São Nicolau, São Luís, São Lourenço, São Miguel, São Borja e Santo Ângelo fundada em 1707.

A república Guarani tinha aproximadamente 650 km do sul ao norte e 600 km de leste a oeste. A localização das reduções levava em conta clima, fertilidade do solo, aprazibilidade dos locais e vantagens para sua defesa, sempre que possível próximas a rios e a sete léguas, ou 42 quilômetros, umas das outras. No Brasil, o conjunto dos 7 povos estima-se que deveriam ter aproximadamente 40 mil pessoas. Até a famosa guerra guaraníca de 1756 se passaram 130 anos da experiência jesuítica de cristianização e desenvolvimento social e econômico (Lugon, 1977).

Segundo Lacerda et al. (2004) a gênese da civilização brasileira ocorreu influenciada pelas lutas políticas que se sucediam no continente europeu. A figura 2 apresenta uma linha do tempo de eventos importantes no desenvolvimento da região das Missões.

Figura 2 - Linha do Tempo das Missões Jesuíticas



Fonte: Elaborada pelos autores. Baseado em Barbosa (1976), Fortes (1963), Hamilton (2017), Lugon (1977), Oliveira (2009) e Theisen (2021).

Os tratados tiveram importância fundamental nos acontecimentos na América Latina. O Tratado de Tordesilhas em 1494 dispunha sobre o limite territorial entre os reinos de Espanha e Portugal para exploração da América (Archivo General de Indias, 1524). Ele se consistiu em uma linha imaginária a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, onde Portugal ficaria com as terras a leste da linha e a Espanha a oeste. Havia dúvidas sobre em que ilha de Cabo Verde começaria a contagem e também como converter léguas em graus (Cesar, 1979; Lugon, 1977). Esses limites perderam validade prática quando da União Ibérica (1580-1640), onde o Rei da Espanha atuou como soberano dos dois reinos. Os portugueses passaram a ocupar terras além das linhas. O Tratado de Madri em 1750, visou substituir o critério anterior aplicando o princípio do *uti possedis*— quem ocupa possui. No entanto, ele ia além pois trocava os Sete Povos das Missões pela Colônia de Sacramento no Uruguai (Lugon, 1977).

Segundo Ferreira Filho (1965) o grave erro do tratado foi a transplantação obrigatória da população guarani para o território espanhol. Isso desembocou na guerra guaraníca. Considera que o povo Guarani não teria se importado muito de viver sobre outro reino. Somente em janeiro de 1756 houve a união dos exércitos dos dois reinos. Em 7 de fevereiro morre o cacique Sepé Tiaraju. Dias depois ocorre a batalha de Caiboaté, local onde hoje é o município de São Gabriel. O conflito derradeiro foi uma matança, pois os índios não tinham o preparo militar (Cunha, 185; Ferreira Filho, 1965). Conflito que restou totalmente inútil pela consequente edição de um novo tratado. O Tratado de El Pardo (1761) anulou o Tratado de Madri, onde em tese os sete povos das missões voltariam ao domínio Espanhol, na situação jurídica anterior. A presença missionária já estava enfraquecida e os Guaranis dispersos. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso reafirma a posse espanhola e em troca Portugal recuperava a ilha de Santa Catarina (Archivo Histórico Nacional, 1777). Portugal desocupou os Sete Povos, mas logo reiniciaram os conflitos. Uma inovação do tratado foi a criação dos campos neutrais, que não podiam ser ocupados por nenhum reino, situados onde hoje é a reserva do Taim, entre as lagoas Mangueira e Mirim, e a costa (Cesar, 1979; Lugon, 1977).

Em 1801, os portugueses tomam definitivamente os Sete Povos pelo movimento denominado Retomada das Missões (Fortes, 1963). Este estudo de legado e identidade econômica é sobre os Sete Povos que pertencem hoje ao Brasil. Em termos práticos o rio Uruguai acabou por delimitar os limites dos países naquela região. Cabe ressaltar que em 1697 houve o início do ciclo do ouro em Minas Gerais no Brasil, que era além das linhas do Tratado de Tordesilhas. A colônia de Sacramento em tese poderia servir ao controle do rio da prata onde havia muito contrabando, e a pressão dos mercadores fez o Reino da Espanha se interessar pelo território, de outra banda o Marques de Pombal já cobiçava a região missões e não lhe desagradava causar mal aos jesuítas ao mesmo tempo (Carvalho e Melo, 1989; Lugon, 1977; Silveira, 1979). Segundo Flores (1982) a região da colônia de sacramento era um entreposto de contrabandistas portugueses que trocavam tecido por prata de Potosí.

O reino da Espanha caiu em um embuste pois o tratado não dava garantias contra o contrabando que podias ser realizado na margem superior do rio. Assim foi determinado o destino de metade do território das Missões Jesuítas, destruindo o trabalho de várias gerações e ocasionando a deportação de mais de 30 mil pessoas (Lugon, 1977). Para Ferreira Filho (1965) o Tratado de Madri foi um momento de lucidez, considerando-o como o mais sério e o mais justo. Enfatiza que assegurava a Portugal uma fronteira natural, em troca de uma colônia como a de Sacramento que era distante, constantemente ameaçada e que isto gerava altos custos bélicos. Além da Colônia de Sacramento também as Filipinas e Molucas que eram abundantes

em especiarias passariam a Espanha o que foi compensado pela posse de Portugal em outros pontos do Brasil.

São muitas e divergentes as abordagens que tratam do tema. Assim, o direito dos Guaranis, povo originário, a missão cristã da Companhia de Jesus, o fluxo da prata, a necessidade de escravos ao centro do Brasil são interesses que se contrapõe e que acabam por confluir os interesses de duas potências coloniais contra os que realmente tinham interesse local.

Os conflitos entre Estado e Igreja, representado pela Companhia de Jesus e o Reino de Portugal era sentidos também na Amazônia. A razão do conflito era a liberdade dos indígenas. O estado via os indígenas como escravos nas Missões, pois não tinham salários. De outro lado os padres foram quem melhor conduziram as aldeias com melhor tratamento aos índios. Havia a ótica de que os Jesuítas ao norte ajudaram ao aumento do território português. Os detratores dos jesuítas alegavam que esses não pagavam impostos e queriam que os Jesuítas não tivessem o poder de comercializar nada, e se restringissem a catequese dos índios. O Conselho Ultramarino se preocupava com o aumento do poder dos Jesuítas (Paim, 2009).

Após os intensos conflitos que culminaram na expulsão dos jesuítas dos territórios coloniais ibéricos, é relevante considerar o destino da Companhia de Jesus. A ordem foi suprimida em 1773 pelo Papa Clemente XIV em resposta a pressão dos monarcas de Portugal, Espanha e França. Neste momento a CJ já possuía 230 anos de existência, desde a sua fundação em 1540. As qualidades como acadêmicos e educadores dos Jesuítas permitiu a CJ sobreviver com o amparo principalmente de Catarina, a grande, uma luterana convertida a Ortodoxia Russa. A atuação dos Jesuítas aconteceu nos territórios da Polônia, e regiões da Bielorrússia e Lituânia, onde existia uma significativa população católica com cerca de 100 mil pessoas. A restauração oficial da Companhia de Jesus ocorreu somente em 1814, sob o papado de Pio VII (Hamilton, 2017).

A identidade do RS com os vizinhos espanhóis ficou reconhecida pelos seus costumes semelhantes. A colonização espanhola na zona platina obedeceu a um processo de urbanização (Flores, 1982). Importa dizer que a região platina possuía poucos indígenas e um grau cultural inferior aos indígenas do México e do Andes (Acemoglu & Robinson, 2012; Flores, 1982). Isto pode ter sido a razão de não funcionar o regime de encomendas.

3. Atividades econômicas promovidas nas reduções jesuíticas

Conforme IBGE (2007) as origens dos povos das américas, são de uma corrente migratória terrestre proveniente da Ásia através do estreito de Bering, entre 14 mil e 12 mil

anos atrás. De acordo com Diamond (2018) embora a agricultura tivesse alguma difusão nas américas, os caçadores-coletores ocupavam o maior espaço. E na América do Sul havia pouca produção de alimentos. O único mamífero de grande porte domesticado era a Lhama, que embora produzisse carne, couro e lã, não carregava um cavaleiro, não puxava arado e não produzia leite, enquanto isso na Eurásia havia 13 espécies de mamífero de grande porte. O milho era a produção mais comum encontrada, e algumas outras sementes eram plantadas de forma manual. Por não haver na América mamíferos de grande porte domesticáveis em abundância, isso acarretava um solo com pouco adubo animal, o que combinado com restrição de força motriz, pois esta era limitada ao homem, tinha como consequência uma agricultura pouco desenvolvida.

Da vida mais ou menos nômade do Guarani baseada na caça e pesca, e pequena plantação de mandioca, milho, batata-doce, e erva mate, em estado selvagem, surge a transição para um modelo sedentário. Este novo modelo vai ser sustentável à medida que fornece alimento e atividades aos Guaranis. As atividades econômicas nas reduções foram se diversificando na agricultura, pecuária, indústria e até mesmo serviços. Na agricultura as reduções eram nutridas em alimentos de milho, centeio, trigo e arroz. Leite era somente para as crianças. O gado se revestia de grande importância. O rebanho chegou a ser contado em 100 mil bois. Estima-se que possuíam 86 mil cavalos que ajudavam no trabalho e nos festivais. Também foram computadas 38 mil mulas e 15 mil burros. Galinhas e patos eram importados da Europa. As estancias além de gado tinha ovelhas para produção de lã (Lugon, 1977).

As reduções além de contar com 6 a 8 hortas muito diversificadas cada uma, possuíam extensos pomares. Relata-se que os jesuítas introduziram as laranjeiras e pessegueiros em profusão (Theisen, 2021.pg. 53). Havia também limoeiros, figueiras, romeiras e abacaxis. Havia madeira de vários tipos e de muita qualidade. A madeira era objeto de charruas, instrumentos musicais, móveis, barcos. A cana de açúcar e o algodão foram culturas muito desenvolvidas. Cultivaram três espécies de algodão. A tecelagem evoluiu muito rápido servindo a Buenos Aires e depois a Europa. Faziam ainda paramentos litúrgicos, toalhas e rendas (Lugon, 1977).

Segundo Pesavento (1982) o RS não se enquadrava na exploração colonial tradicional baseada na extração de minerais e cultivo da cana-de-açúcar, por isso teve uma incorporação tardia ao sistema colonial. As incursões ao Sul se sucederam devido a falta de mão de obra escrava próxima aos centros de produção colonial, que levou os paulistas a serem especialistas nesse comércio de pessoas. Os Jesuítas estimularam nos territórios do Sul do Brasil, além das

estancias de gado, a extração de couro para vender a Buenos Aires e ainda a erva mate como base econômica.

Os vinhedos no Uruguai eram de grande qualidade e o chá e a erva mate do Paraguai eram objeto de exportação, atingindo vários mercados. O fumo também era uma cultura importante. As reduções eram parte de uma Confederação e ela se encarregava do comércio exterior. A Chica muito usada pelos Guaranis foi substituída pelo mate como forma de aculturação e controle dos costumes. A chica era uma bebida fermentada com teor alcoólico leve a base de milho, mandioca ou frutas. Era amplamente consumida, sendo usada em rituais, festividades e como parte da vida cotidiana nas reduções jesuíticas. Aos poucos foi desencorajada e substituída pela erva mate. Havia moinhos de vento e de água, serrarias e curtumes, a beira de cursos de água. E ainda usinas de açúcar e azeite, fornos de tijolo e torrefação de chá.

As forjas e fundições acabaram se desenvolvendo mesmo em regiões pobres em metais, primeiramente produzindo sinos e depois armas de fogo, canhão e munições. Foram ensinados os ofícios de pedreiro, assim como a carpintaria, marcenaria, pintura, tapeçaria e tanoaria para os vinhos. Havia ourives, relojoeiros, serralheiros, sapateiros, alfaiates, e se produziam clarinetes e trombetas.

Em alguns locais criaram estaleiros navais para construir barcos de transporte e canoas de guerra para 30 ou até 40 homens. Os metais eram raros, e a indústria era primitiva. Durante um longo período foram introduzidos os ofícios que envolviam habitação, vestuário, ferramentas agrícolas e transporte. Era comum cada redução contar com 20 teares. As vestimentas eram de algodão no Verão e Lã no inverno. A produção excedente era canalizada para Buenos Aires e Europa.

A capacidade de invenção e imitação estava muito presente na produção guarani (Lugon, 1977). Os guaranis sob a orientação dos Jesuítas desenvolveram a impressão, sendo primeiramente os catecismos. Não havia o uso de moeda, e os registros de produção e distribuição eram feitos por funcionários designados para esse fim. Os cereais eram distribuídos mensalmente e as carnes duas a três vezes por semana para os chefes de bairros que distribuíam imediatamente as famílias conforme a sua quantidade de indivíduos.

Havia contabilidade da produção em pesos e réis meramente para registro. Os produtos ficavam guardados em armazéns comunais. A principal moeda fictícia utilizada era o chá, com curso como dinheiro. A tabela 1 apresenta os produtos aprimorados e desenvolvidos pelos jesuítas.

Tabela 1 - Produtos do período Jesuíta nas Missões

| Guarani seminômade | Período Jesuíta | |
|-----------------------|--------------------------|------------------------------|
| 1. Caça | 11. Algodão | 32. Hortaliças |
| 2. Pesca | 12. Trigo | 33. Azeite |
| 3. Milho | 13. Arroz | 34. Couro e peles de bovinos |
| 4. Mandioca | 14. Centeio | 35. Artesanato |
| 5. Batata-doce | 15. Fumo | 36. Cerâmica |
| 6. Erva mate | 16. Cana de Açúcar | 37. Ferramentas agrícolas |
| 7. Feijão, | 17. Bovinos | 38. Madeira |
| 8. Abóbora, | 18. Mulas, Asinos | 39. Móveis de Madeira |
| 9. Amendoim, | 19. Ovelhas | 40. Barcos e Canoas |
| 10. Frutas silvestres | 20. Lã | 41. Instrumentos Musicais |
| | 21. Tecidos de Algodão | 42. Viola |
| | 22. Tecido de lã | 43. Sinos |
| | 23. Vinho | 44. Armas |
| | 24. Uva | 45. Pólvora |
| | 25. Chá | 46. Munição |
| | 26. Laranja | 47. Tijolos |
| | 27. Tangerina, Bergamota | 48. Esculturas em Cerâmica |
| | 28. Pêssegos | 49. Esculturas em Madeira |
| | 29. Limão | 50. Toneis |
| | 30. Abacaxi | 51. Tapetes |
| | 31. Figo | |

Fonte: Elaborada pelos autores.

A teoria do valor aplicada era a do valor do trabalho, ou seja, a soma de trabalho exigida para produção. Evidente que em caso de escassez os preços relativos se alteravam. Com o tempo foram estabelecidos alguns mercados de trocas com mascates. Os produtos mais intercambiados entre as reduções eram o fumo, algodão, legumes, rebanho e manufaturas. Algumas reduções tinham mais dificuldades na produção de alguns desses bens. O transporte era realizado por meio fluvial. Na exportação os principais produtos eram o mate, fumo, algodão açúcar, tecidos de algodão, móveis diversos, peles e outros artefatos de couro.

Essa organização eficiente dava a transparecer um poderio econômico que veio a ser denunciado constantemente pelos *encomenderos*, com objetivo de denegrir o projeto Jesuíta. No entanto, a renda integral era consignada aos guaranis.

4. Teorias e visões do desenvolvimento e da desigualdade

Muitas são as justificativas apresentadas na teoria econômica para que algumas regiões e países se manterem um passo atrás no desenvolvimento econômico e social. A visão Cepalina conduzida por Raul Prebisch enfatizava o desenvolvimento dependente, periférico, e no Brasil houve contribuições importantes de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. No entanto, existem muitas outras hipóteses como freio ou obstáculo ao desenvolvimento, como a temperatura do local, a raça ou cor de pele, hábitos como a preguiça, localização meridional e setentrional, a indolência, o tipo de colonização ou origens, instituições políticas e econômicas, estrutura fundiária etc.

As atrocidades de um mundo colonial escravocrata extrativista são relatadas por diversos autores e a indignação de estarem esses agentes regidos por um mundo católico. Muitas obras e relatórios tentam justificar os acontecimentos denegrindo a imagem do indígena por seus costumes frente aos padrões europeus. O contraponto a isso é uma literatura indianista (1840-1870) de classe universal onde o Índio passa a herói e protagonista, e representativo de uma identidade brasileira. Autores como José de Alencar em obras como *Iracema* e *Guarani*, assim como Gonçalves Dias com *I-Juca-Pirama* são destaques desse período.

Há teorias que elencam razões para que regiões se mantenham subdesenvolvidas, algumas estão baseadas em preconceitos discriminatórios. Por exemplo, aquelas que explicam a pobreza e o atraso de países ou regiões com base na cultura, na raça ou na geografia, ou clima, frequentemente desconsiderando questões histórico-institucionais e políticas. Até meados do século XX essas teorias tiveram muita influência, sendo que muitas vezes eram usadas para justificar a dominação econômica, seja através do colonialismo—ocupação e exploração direta (Séculos XV a XVIII) — ou imperialismo—dominação direta e indireta, com ou sem presença física. Para alguns autores como Gobineau, a razão da existência de povos menos desenvolvidos economicamente era devido a sua natureza genética ou racial. O intelectual e diplomata francês esteve no Brasil no século XIX e postulava que o país tinha dois desafios, um deles seria a ausência de uma civilização passada com episódios históricos relevantes e outro a alta miscigenação racial que levaria a uma degeneração (Lissker, 2024). Uma teoria que pode ser associada a uma espécie de darwinismo social. Para Weber (2020), o ethos da economia moderna encontrou na ética racional do protestantismo o seu ambiente ideal de desenvolvimento.

Outro enfoque é que o atraso econômico era gerado por valores, crenças e atitudes da população local, sendo assim imbuída de fatalismo e enfatizando a passividade. Algumas teorias baseadas na geografia e fatores naturais tentam explicar o atraso em países tropicais, e outras dividem em localização setentrional e meridional. Entre os argumentos falaciosos está que regiões quentes são mais propensas a preguiça e a doença, enquanto climas mais temperados estimulam a disciplina e o trabalho.

Nem todos os autores partem de ponto de vista discriminatório. Diamond (2018) atribui o desenvolvimento as condições ambientais, em termos de dotações de recursos em determinado local, como vantagens geográficas e ambientais iniciais que explicam por que algumas sociedades acumularam mais recursos e tecnologias.

Essas simplificações sempre esbarram em exceções que mostram suas fragrantes fragilidades. Os impérios Asteca e Inca eram muito mais desenvolvidos que os povos mais ao

norte e mais ao sul na América que basicamente estavam na idade da pedra. O povo Asteca dispunha tanto de moeda como escrita, sendo civilização avançada para a época (Acemoglu & Robinson, 2012). Há teorias baseadas em estágios de crescimento que tratam de um desenvolvimento universal e linear, fortemente fundada no modelo ocidental que podem ser definidos da seguinte forma: a sociedade tradicional; as pré-condições para a decolagem; a decolagem; o impulso para a maturidade; a era do alto consumo de massa (Rostow, 1959).

Muitas teorias ignoram impactos da escravidão e do colonialismo, das instituições herdadas e da dominação indireta. Em geral colocam a responsabilidade de um suposto atraso nos próprios povos, reforçando preconceitos raciais, geográficos e culturais. Sobre a América Latina, Prebisch (2022) ressalta as relações entre as economias centrais e periféricas, que condicionam e limitam as possibilidades de desenvolvimento dos países latino-americanos. Para o autor sem reverter as formas de apropriação e utilização dos excedentes a tendência são crises estruturais e regimes autoritários recorrentes. Cardoso e Faletto (2010) enfatizam a necessidade de distinguir países subdesenvolvidos e países sem desenvolvimento. Para os autores as diferenças entre economias desenvolvidas não é simplesmente uma diferença de estágio, mas uma estrutura internacional de produção e de dominação.

Para as teorias institucionalistas o atraso econômico decorre de instituições políticas, jurídicas e econômicas fracas, corruptas ou extrativas. Acemoglu e Robinson (2012) denominam de instituições extrativistas que concentram poder e riqueza. No contraponto os países ricos desenvolveram instituições inclusivas que focam na propriedade, inovação e estabilidade política. De uma certa forma essa teoria também ignora o contexto da organização internacional da produção em cadeias globais, como também do domínio tecnológico e do capital financeiro de potências econômicas. North (1991) levanta atenção para as regras do jogo, formais e informais, através da teoria institucionalista, condicionando o desenvolvimento econômico a evolução dessas regras.

North et al. (2006) apontam que existem sociedades em arranjos econômicos e políticos chamados de estado de natureza. Nelas, a violência é controlada e a produção se baseia na especialização e na troca. A ordem se baseia no uso do sistema político para limitar o insumo econômico e gerar renda, o que serve para estabilizar o sistema político. Sociedades desenvolvidas têm ordens sociais de livre acesso, que contêm competição na economia e na política. A geração de renda do modelo natural é substituída pela competição. Compreender a transição de um modelo para o outro é fundamental, e poucos países conseguiram isso.

Para Furtado (1987) diante de momentos de pobreza da colônia e da metrópole recorria-se as primeiras ideias que propugnavam que somente a descoberta de metais preciosos geraria

a sustentabilidade da colonização. A exploração do ouro em Minas Gerais trouxe consequências benéficas para a pecuária do Sul, pois segundo o autor a fome acompanhava as regiões do ouro, elevando preços de alimentos e animais de transporte. Cabe ressaltar que mudou o padrão da migração de Portugueses para o Brasil, pela facilidade de exploração onde não se exigia estrutura empresarial robusta. Embora as características excepcionais para a criação de gado no Sul, havia uma rentabilidade baixa pelos preços reduzidos, e que subsistia graça a exportação de couros. Houve uma demanda de milhares de Mulas que subiam do Rio Grande do Sul para dar suporte ao transporte no processo de exploração do Ouro. Segundo Huberman (1986) neste período a riqueza de um país estava associada a quantidade de ouro e prata que possuía. A tabela 2 resume teorias do desenvolvimento associadas a temática.

Tabela 2 – Teorias e ideias de desenvolvimento selecionadas

| Visão | Autor | Enfoque Principal | Ideia Central |
|--|--|--|---|
| 1. Visões Discriminatórias e Deterministas (séculos XIX e XX) | Joseph Gobineau | Racialista / Biológico | Povos pobres são inferiores por natureza (determinismo genético) |
| | Max Weber | Cultural / Valores | Tradições culturais podem limitar o espírito capitalista e o progresso |
| | Jared Diamond | Geográfico / Ambiental | Condições naturais (clima, solo, doenças) dificultam o desenvolvimento |
| | Walt Rostow | Economia do desenvolvimento (modernização) | Subdesenvolvimento é uma fase inicial de um caminho linear rumo ao desenvolvimento |
| 2. Teoria da Dependência (décadas de 1950 a 1970) | Raul Prebisch | Economia internacional (centro-periferia) | A troca desigual no comércio internacional mantém a periferia subdesenvolvida |
| | Celso Furtado | Estrutura histórica interna | Subdesenvolvimento é estrutural e funcional ao capitalismo global |
| | Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto | Política / Sociologia | Desenvolvimento dependente: ocorre com desigualdade, dominação externa e exclusão |
| 3. Visões Contemporâneas e Humanistas (pós-1990) | Amartya Sen | Liberdades / Capacidades humanas | Desenvolvimento é a ampliação das liberdades e capacidades das pessoas |
| | Esther Duflo | Economia comportamental / Experimental | Subdesenvolvimento resulta da falha em políticas baseadas em evidências eficazes |
| | Douglas North | Instituições formais e informais | Desenvolvimento depende da evolução das "regras do jogo", formais (leis) e informais (costumes) que moldam incentivos |
| | Daron Acemoglu e James A. Robinson | Instituições políticas e econômicas | Países fracassam por causa de instituições extrativistas, que concentram poder e bloqueiam o progresso |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Entre os estudos dos obstáculos ao desenvolvimento, Soto (2000) destaca a abundância de capital morto que pertence a muitas pessoas nas sociedades pobres. Defende que um sistema de propriedade que reconheça e converta esse capital em ativos que sirvam como garantia, ou que possam ser vendidos formalmente e integrados a soluções financeiras pode alavancar o

desenvolvimento econômico e social de regiões mais atrasadas. Para Sen (2010) a expansão da liberdade é o fim e o meio do desenvolvimento, tendo papel constitutivo e instrumental. O desenvolvimento é o processo de expansão das liberdades humanas. Banerjee e Duflo (2021) elencam ações pontuais que podem fazer grande diferença no avanço das sociedades, desde a maior informação, boa governança e melhores políticas públicas. Estudos de Polèse (2009, 2020) ressaltam as dinâmicas do crescimento de regiões e localidades. O autor destaca que o crescimento regional deve ser compreendido em seu contexto, funcionando de maneira distinta quanto a variáveis de tamanho e distância — que, por sua vez, pode ter efeitos ambíguos: em alguns casos, estar próximo é vantajoso; em outros, o afastamento pode proteger o mercado local.

5. Metodologia

Esta pesquisa adota métodos mistos, qualitativos e quantitativos, de natureza histórico-interpretativa, com foco na análise da gênese, do desenvolvimento e da transformação econômica das missões jesuíticas localizadas no atual território brasileiro e sua permanência nos tempos contemporâneos. Trata-se de um estudo em história econômica, fundamentado em fontes documentais primárias e secundárias, articulando elementos da história de países e da Igreja, da economia institucional e da formação econômica regional. O fio condutor do trabalho segue uma estrutura cronológica que conecta os eventos ocorridos na Península Ibérica — especialmente na Espanha e em Portugal — com seus desdobramentos nos territórios missioneiros da América do Sul, abrangendo não apenas o Brasil, mas também regiões atualmente pertencentes à Argentina, Paraguai e Uruguai.

A análise histórica não se limita à descrição linear dos fatos, mas propõe uma interpretação que entrelaça o contexto geopolítico europeu, a atuação da Companhia de Jesus, e os impactos institucionais, econômicos e culturais observados nas reduções e nas regiões que sucederam essas experiências. Considera-se, ainda, o papel da Igreja como formadora de estruturas sociais e econômicas, com reflexos nos modos de ocupação do solo, nas relações de trabalho e na organização produtiva de certas regiões até os dias atuais.

As fontes primárias utilizadas incluíram a pesquisa em documentos, relatórios, mapas e correspondências dos missionários jesuítas; registros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registros do Archivo General das Índias, especialmente os censos demográficos de 1872 e 2022; e dados setoriais contemporâneos obtidos junto à Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul e Sistema

de Comércio Exterior (Comex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil.

Também foram analisadas cartas e crônicas de missionários relevantes, complementam-se essas evidências com revisão da literatura acadêmica, abrangendo alguns autores sobre desenvolvimento econômico, formação econômica do Brasil e especialistas no tema das missões. Quanto a delimitação geográfica, o estudo concentra-se no sul do Brasil, particularmente na região conhecida como Missões, com atenção às conexões transfronteiriças que marcaram a atuação jesuítica. O recorte temporal se estende do século XVI, com o início da presença jesuítica, até o século XXI, permitindo identificar continuidades e rupturas no desenvolvimento econômico da região. O Rio Grande do Sul possui conselhos regionais de desenvolvimento (COREDES). Um é específico das Missões — Corede Missões, que contém 25 municípios. Nesse estudo optamos por utilizar os municípios que compõe a Associação dos Municípios das Missões—AMM— que são 27, os 25 do Corede Missões mais São Borja (primeira redução no território brasileiro) e Itacurubi.

A análise de detecção do legado econômico jesuíta é quantitativa. São cotejados todos os produtos elencados na literatura e reportados ao período da Missões Jesuíticas e estes são classificados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul—NCM. Posteriormente essa classificação é cotejada com a base de dados da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul com as operações realizadas para cada produto (NCM) por município durante o período de um ano, especificamente de julho de 2024 a junho de 2025. A partir disso é feita análise para verificação se as operações do município, e do conjunto dos municípios da AMM guardam correlação com os produtos primeiros identificados pela pesquisa indireta e reputados como introduzidos pela experiência da CJ nas Missões. É verificado o grau de identidade e herança, obtendo assim o impacto econômico atual.

A NCM é uma nomenclatura que consiste em um sistema ordenado que permite, pela aplicação de regras e procedimentos próprios, determinar um único código numérico para uma dada mercadoria. Esse código, uma vez conhecido, passa a representar a própria mercadoria. Trata-se de nomenclatura regional para categorização de mercadorias adotada pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai desde 1995. A NCM² é fundamental para determinação dos tributos que incidem nas operações de comércio exterior e é usada para direitos de defesa comercial. As mercadorias na NCM estão ordenadas de forma progressiva de acordo com o seu grau de elaboração, com início pelos animais vivos e terminando com as obras de arte. Quanto

² A NCM esta disponível no portal da Siscomex em <https://portalunico.siscomex.gov.br/classif/#/nomenclatura/tabela?perfil=publico>).

maior a participação do homem na elaboração da mercadoria mais elevado o número do capítulo da classificação. Os primeiros 6 dígitos seguem convenção internacional e utilizamos para identificar a fase das reduções jesuíticas e a fase atual das mercadorias por município³. A NCM completa contém 15.141 itens, sendo 7.689 com seis dígitos, e os dados da Sefaz/RS do estado contém 5.571 itens distintos considerando 6 dígitos, e a região das Missões contém 4.215 nesse mesmo critério. Alguns produtos necessitaram vários NCMs para sua identificação. Os 51 produtos reputados as reduções jesuíticas compuseram 174 NCMs atuais.

A escolha metodológica privilegiou a interpretação histórica e institucional, buscando compreender as estruturas sociais e econômicas, em especial os produtos, forjados no período missionário, para posteriormente verificar se persistiram ou foram eliminados pelas dinâmicas do desenvolvimento regional. Os dados numéricos são utilizados como elementos de comprovação empírica, subsidiando a argumentação histórica e oferecendo subsídios complementares à análise interpretativa. Ao articular fontes históricas e dados econômicos em uma perspectiva longitudinal e contextualizada, a pesquisa pretende contribuir para o entendimento da formação de padrões regionais duradouros, da influência do projeto jesuíta na economia local e da persistência de arranjos produtivos que remontam ao período colonial. Essa abordagem possibilita lançar novas perspectivas sobre o papel das missões jesuíticas na estruturação econômica do sul do Brasil e nas dinâmicas contemporâneas de desenvolvimento. A tabela 3 apresenta as variáveis utilizadas no estudo quantitativo.

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis

| Variável | Descrição | Contagem | Min | Mean | Max |
|--------------|--|----------|---------|---------|--------------|
| Cod_mun | Identificação do Município | 27 | 4302501 | 4313902 | 4323754 |
| Cod_Ncm_6 | Produto | 66.499 | 0 | 515186 | 970690 |
| Value_Prod | Valor da produção em 1 ano | 66.499 | 0 | 455.900 | 1498.000.000 |
| Pct_prod_ncm | Percentual de produção do NCM no Município | 66.499 | 0 | 0,04 | 70,51 |
| Pop_2024 | Habitantes | 27 | 1.833 | 17.101 | 79.130 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Cabe ressaltar que as bases de dados da Secretaria da Fazenda do RS abrangem somente os serviços que compõe o ICMS, portanto mais concentrada em comércio e indústria.

³ Informações em <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/classificacao-fiscal-de-mercadorias/ncm>.

6. Resultados e análise econômica contemporânea da economia Missioneira

A população indígena voltou a crescer no Brasil. O País conta atualmente com 1.694.836 indígenas, sendo 753.780 na região norte, que apresenta o maior percentual das regiões atingindo a 44,48%. O Sul conta com 88.341 indígenas sendo 36.102 no RS (tabela 4). A população total do Brasil é de 203.080.756. A população indígena representa 0,83%, porém na região Norte chega até 4,34% (IBGE, 2023). Deve-se salientar que, em 2010, o IBGE contou 896.917 pessoas indígenas, o que correspondia a 0,47% da população residente no País, isto evidencia que a população indígena quase dobrou em 12 anos, com variação positiva de 88,82%.

Tabela 4 – População indígena no Brasil, regiões e estados selecionados, 2022.

| Brasil, regiões e estados | Pessoas indígenas (Pessoas) | População residente (Pessoas) | % indígena |
|---------------------------|-----------------------------|-------------------------------|------------|
| Brasil | 1.694.836 | 203.080.756 | 0,83% |
| Norte | 753.780 | 17.354.884 | 4,34% |
| Nordeste | 529.128 | 54.658.515 | 0,97% |
| Sudeste | 123.434 | 84.840.113 | 0,15% |
| Sul | 88.341 | 29.937.706 | 0,30% |
| Centro-Oeste | 200.153 | 16.289.538 | 1,23% |
| Rio Grande do Sul | 36.102 | 10.882.965 | 0,33% |
| Amazonas | 490.935 | 3.941.613 | 12,46% |
| Pernambuco | 106.646 | 9.058.931 | 1,18% |
| Bahia | 229.443 | 14.141.626 | 1,62% |
| Mato Grosso do Sul | 116.469 | 2.757.013 | 4,22% |
| Roraima | 97.668 | 636.707 | 15,34% |

Fonte: Elaborada pelos autores. IBGE, 2023, Censo Demográfico 2022. Indígenas - Primeiros Resultados do Universo (Segunda Apuração).

Para termos uma perspectiva mais próxima de época, conforme indicado nos volumes do Recenseamento do Brasil em 1872 (Brasil, ca. 1874a; Brasil, ca. 1874b), a população do RS era de 434 mil pessoas, sendo mais de 15% dela escrava. Este percentual também era verificado no agregado do País. O Brasil contava com 8,4 milhões de pessoas, sendo que 1,5 milhão eram escravos. Este foi o primeiro censo do Império do Brasil. A população da época geralmente era composta com uma ligeira maioria de homens em relação as mulheres, a exceção era dos estrangeiros onde a população livre era majoritariamente composta de homens e a escrava de mulheres. As raças eram divididas em Brancos, pardos, pretos e caboclos. Não havia escravos brancos ou caboclos. Os pardos eram maioria com 38,3 da população brasileira e pode haver registro de indígenas nesse grupo, se estivessem integrados plenamente a sociedade, logo em seguida os Brancos com 38,1%, Pretos com 19,7% e os Caboclos (indígenas) com 3,9%. Segundo Dias Júnior e Verona (2018) a categoria cabocla representava os indígenas puros. No

censo de 1872 foram computados 386.955 caboclos. O estudo do IBGE (2007) destaca que os jesuítas costumavam designar os nativos por meio do coletivo gentio, que era coerente com o propósito missionário.

Tabela 5 – População no Brasil em 1872

| Região/Procedência | | Homens | Mulheres | Total | % Grupo | % do BR |
|--------------------|--------------------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|
| Brasil | população livre | 4.318.699 | 4.100.973 | 8.419.672 | | 84,8% |
| | escrava | 805.170 | 705.636 | 1.510.806 | | 15,2% |
| | Total | 5.123.869 | 4.806.609 | 9.930.478 | | |
| Estrangeiros | população livre | 179.337 | 64.144 | 243.481 | 73,3% | 2,5% |
| | escrava | 35.540 | 53.020 | 88.560 | 26,7% | 0,9% |
| | Total estrangeiros | 214.877 | 117.164 | 332.041 | | 3,3% |
| Gaúchos | população livre | 191.022 | 176.000 | 367.022 | 84,4% | 3,7% |
| | escrava | 35.686 | 32.105 | 67.791 | 15,6% | 0,7% |
| | Total de Gaúchos | 226.708 | 208.105 | 434.813 | | 4,4% |

Fonte: Elaborada pelos autores. IBGE.

De uma população em 1872 de aproximadamente 10 milhões de pessoas, o Brasil registra mais de 203 milhões de habitantes em 2022. Isto evidencia que a disputa territorial do século XVII e especialmente da pequena região da banda oriental do Rio Uruguai no oeste do RS carece de qualquer sentido, o que talvez possamos ilusionar é que pode ter sido uma distração para a busca da consolidação da posse dos territórios mais ao norte do Brasil. E sem dúvida reflete os embates das instituições pelo poder.

Os 27 municípios da Associação das Missões contavam com 310 mil habitantes em 2024, que representa 2,8% de uma população estimada no RS de 11,2 milhões. O Índice de Desenvolvimento Humano–IDH é de 0,70 similar ao do estado de 0,71, dados de 2010. São ao todo 5,4% do total dos municípios do estado (497), e possuem uma média de 11.5 mil habitantes, que difere da média de habitantes por município do RS que é de 22,5 mil. Nas Missões, os municípios são em regra pequenos. Santo Ângelo é o maior município com 79 mil habitantes seguido de São Borja com 61 mil. São 19 os municípios da AMM que possuem menos de 8 mil habitantes, o que equivaleria a uma redução jesuítica. E se considerarmos que poderia haver algumas reduções com até 16 mil indígenas, então 24 municípios teriam esse perfil. O percentual do PIB em relação ao RS tem o mesmo patamar de 2,8% que se verifica na população, e, portanto, a renda per capita é semelhante.

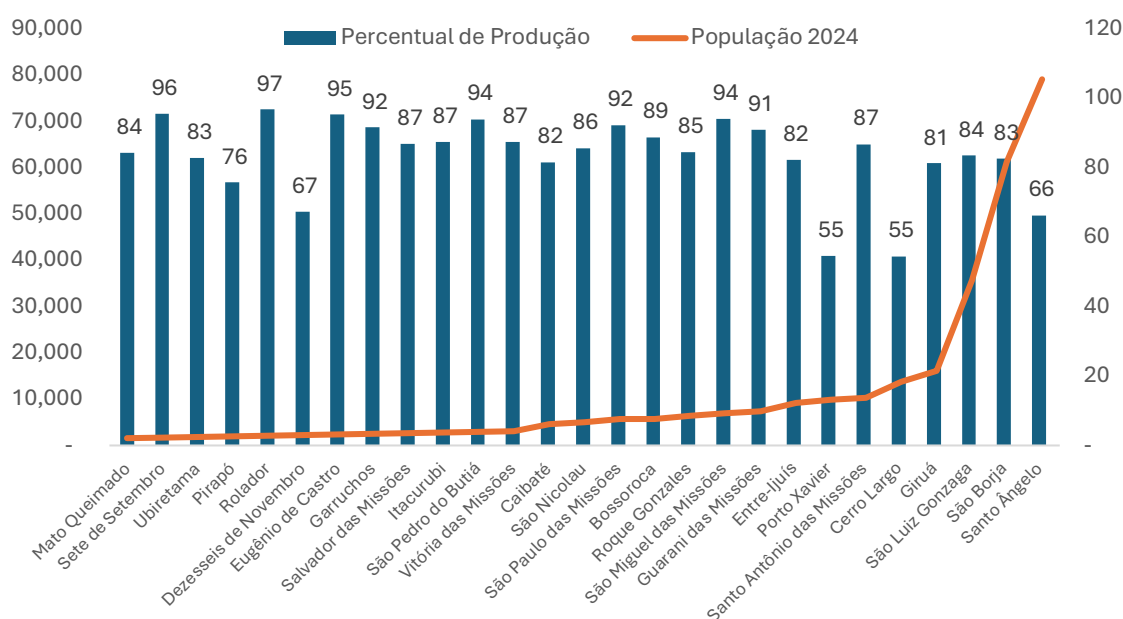
Importante destacar a aproximação desejada na América Latina. Esta foi traduzida no Tratado de Montevideu de 1980, onde os países intencionavam estabelecer uma zona de livre comércio. Poucos avanços reais aconteceram, mas em conferência em 1967 foi aberta a possibilidade de acordos sub-regionais, como exceção a cláusula da nação mais favorecida

Cruz, 1984). Após um longo período em que a democracia não era uniforme na região, surge então o Tratado de Assunção em 1991 dando origem então ao Mercosul, que originalmente contava com Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e que para além de uma zona de livre comércio, objetivava a criação de um mercado comum. Um mercado comum consiste livre circulação de bens, de Pessoas, de serviços e de capital, enfim dos fatores de produção (Cardoso, 2007). Entre período de avanços e estagnação, o Mercosul criou uma tarifa externa comum e atualmente se caracteriza como uma união aduaneira imperfeita. Ainda assim, Brasil e Argentina, as maiores economias da região continuam sendo parceiros econômicos de primeira ordem. Nesse contexto as regiões voltam a viver um período de integração ampla, que fora vivido em pequena escala no período das Missões Jesuíticas, a mais de 350 anos.

6.1. Legado econômico Jesuíta na região das Missões

Analisando os 20 mais importantes produtos dos Municípios das Missões temos uma situação de bastante concentração. A média é que os 20 produtos com maiores saídas componham 84% do total do município. Sendo que os municípios maiores possuem maior diversificação, como são os casos de Santo Ângelo com 66%, São Luiz Gonzaga com 67%, Cerro Largo e Porto Xavier com 55% (figura 3). Entre os pequenos Dezesseis de Novembro apresenta 67% de percentual de participação dos 20 principais produtos do Município.

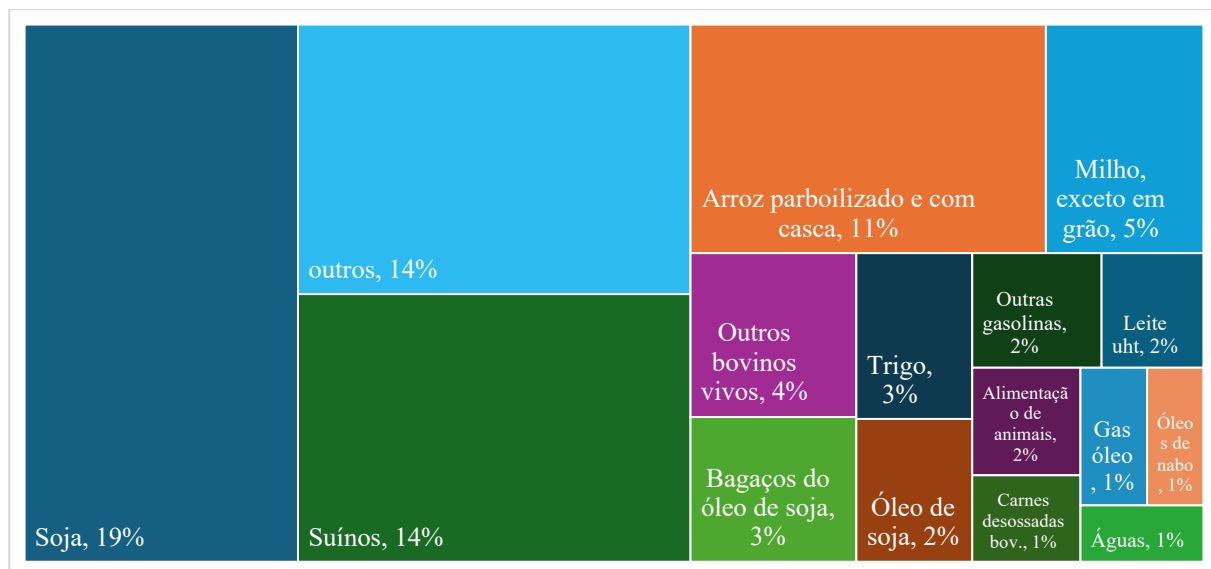
Figura 3 – Percentual de participação dos 20 maiores produtos por município da AMM e população em junho de 2025, últimos 12 meses.



Fonte: Elaborado pelos autores. Dados: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul.

Os produtos de maior destaque da região segundo os dados de produção nos municípios da região das missões entre julho de 2024 e junho de 2025 (doze meses) foram: soja, milho, bovinos, suínos, trigo, alimentação de animais, leite, combustíveis. Isto denota a forte presença do setor primário na região. O Arroz embora concentrado em São Borja e Itacurubi, em valor de produção é de grande relevância.

Figura 4 – Principais produtos das Missões por valor, NCMs agrupados



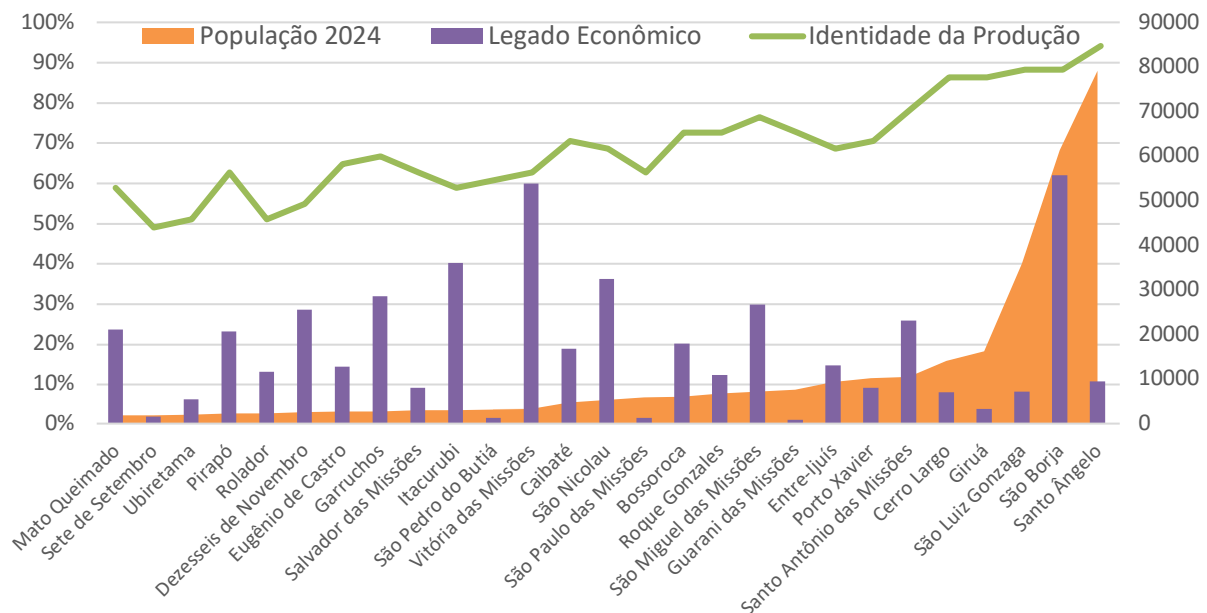
Fonte: Elaborado pelos autores. Dados: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, 2025.

A identidade, sendo apurada como o percentual de presença dos produtos do Sec. XVII que seguem sendo produzidos atualmente, pode ser considerada muito alta, pois cada município produz no mínimo a metade dos produtos de outrora, sendo que a média se situa em 64%. O legado é apresentado como a participação dos produtos de outrora no valor da produção atual. Se verifica que os maiores municípios missioneiros diversificaram bastante sua produção, no entanto a média da participação do valor dos produtos das reduções na produção total de cada município é atualmente 19%. A análise global, medida pela soma do total produzido nos municípios da Missões, nos 51 produtos elencados na tabela 1, que correspondem a 174 NCMs do Mercosul, é de 22%, sendo precisamente este o seu legado na região.

O maior legado econômico aparece em São Borja e Vitória das Missões, 62% e 60% (figura 5), respectivamente, da produção ancorada na lista de produtos desenvolvidos na Missões Jesuíticas. A maior identidade esta com Santo Ângelo, o maior município da região, que produz 48 dos 51 produtos listados, com 94% de identidade, e estes representam 10% da sua produção nos últimos 12 meses. O único produto não encontrado nas Missões foi a produção de instrumentos musicais. Em Santo Ângelo, especificamente não foi encontrada produção de pólvora, e a de barcos e canoas. Os produtos menos encontrados foram Viola, que tem um NCM

específico e que foi encontrada produção em Santo Ângelo e Bossoroca; Barcos ou canoas (Cerro Largo e Giruá), e Pólvora (Giruá e São Miguel das Missões). Ao todo 20 produtos são ainda produzidos em todos os municípios.

Figura 5 – População, Identidade e Legado das Reduções Jesuíticas nos Municípios Missioneiros



Fonte: Elaborado pelos autores.

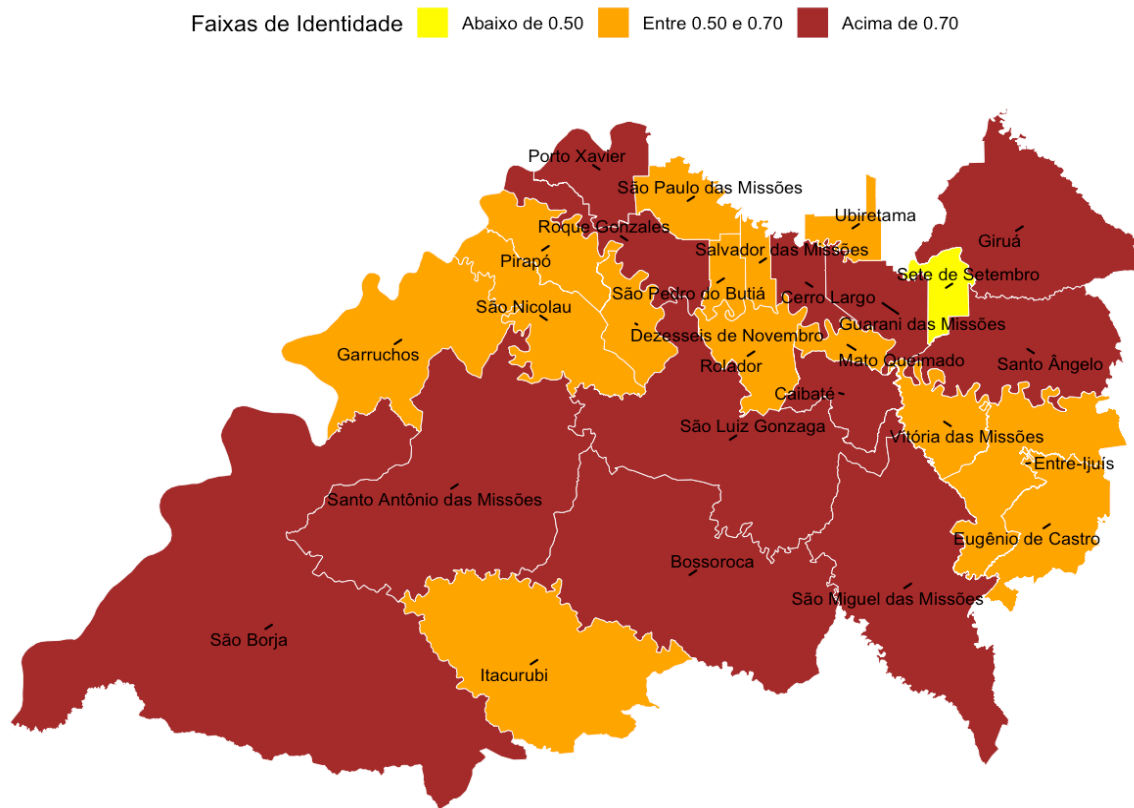
Os mapas da figura 6 (a, b, c) representam geograficamente a identidade, o legado e a localização dos Municípios estudados. A identidade e o legado são apresentados em faixas sendo as faixas mais altas, acima de 70% (0.70), e acima de 30% (0.30), respectivamente.

Cabe ressaltar que na época das reduções a produção também não era 100% homogênea, pois havia comércio intenso interno, buscando a complementariedade e eventual frustração de colheita localizado com evento de seca.

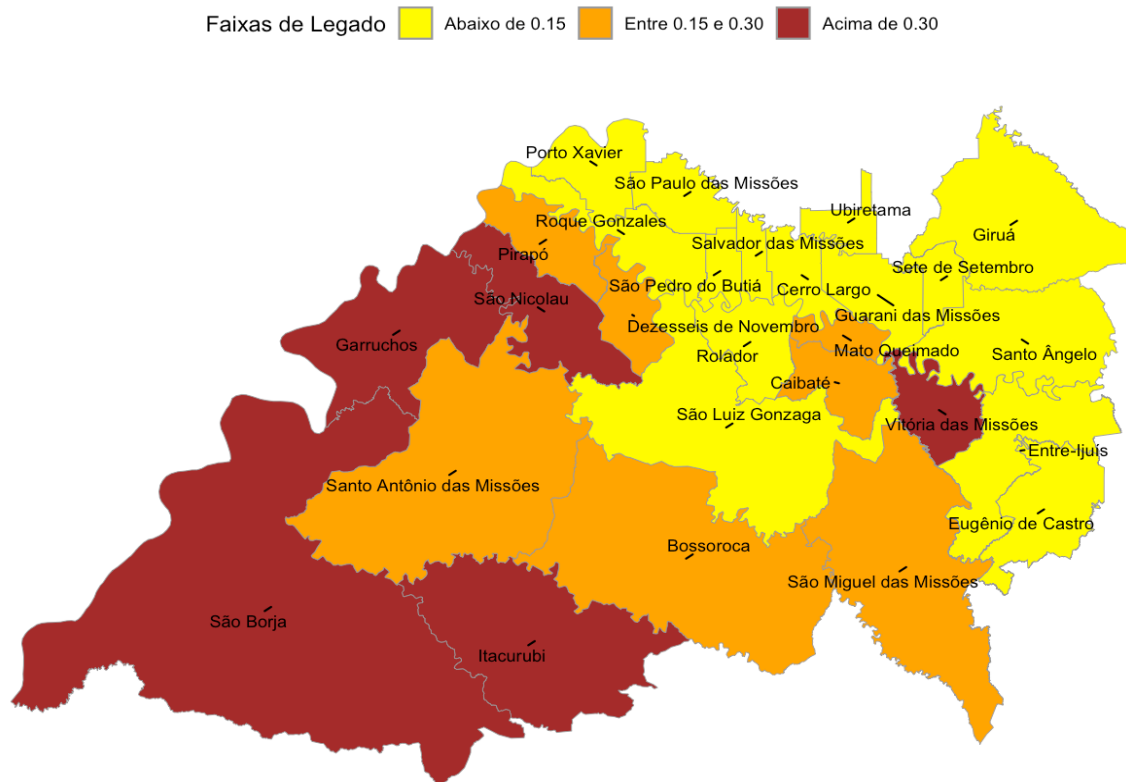
A análise espacial demonstra que a identidade é alta, sendo inferior a 50% somente em Sete de Setembro, porém com 49%. Não há um padrão a ser destacado. Na análise espacial do legado, podemos destacar um maior legado no Oeste, seguido da parte central da região das Missões, e menor ao Norte. Vitória das Missões mantém um forte legado, mesmo não estando na fronteira.

Figura 6 – Mapas de Identidade e Legado das Reduções Jesuíticas nos Municípios Missioneiros, e sua localização junto a estados e países vizinhos.

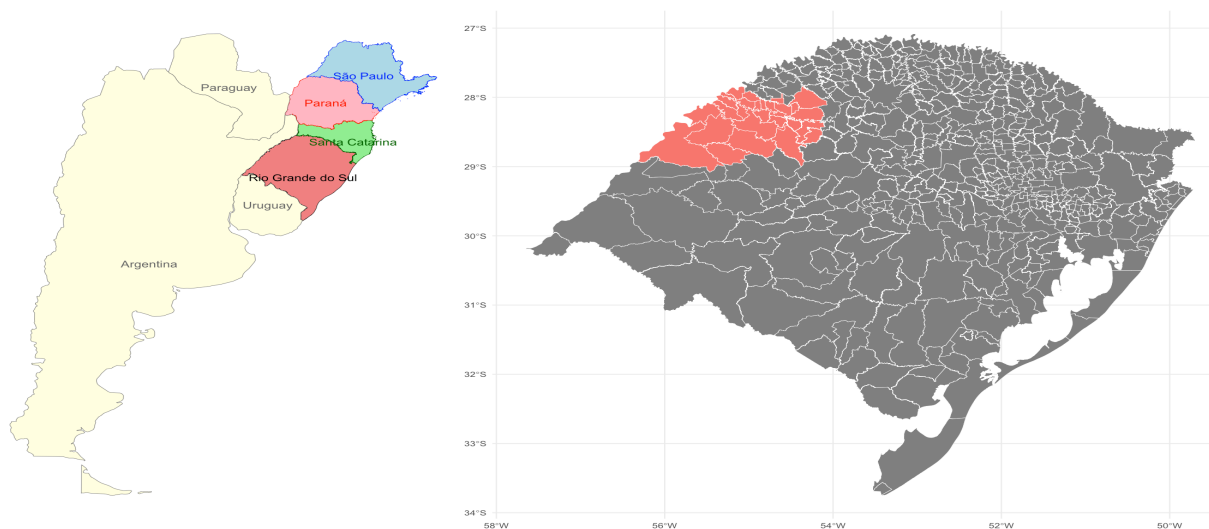
(a) Identidade = Percentual de Produtos das Reduções Jesuíticas encontrados, por faixas.



(b) Legado = Valor da soma dos Produtos originários das Reduções Jesuíticas em comparação ao total produzido no município missioneiro, por faixas percentuais



(c) Mapa da região das Missões no RS, estados e países vizinhos



Fonte: Elaborado pelos autores.

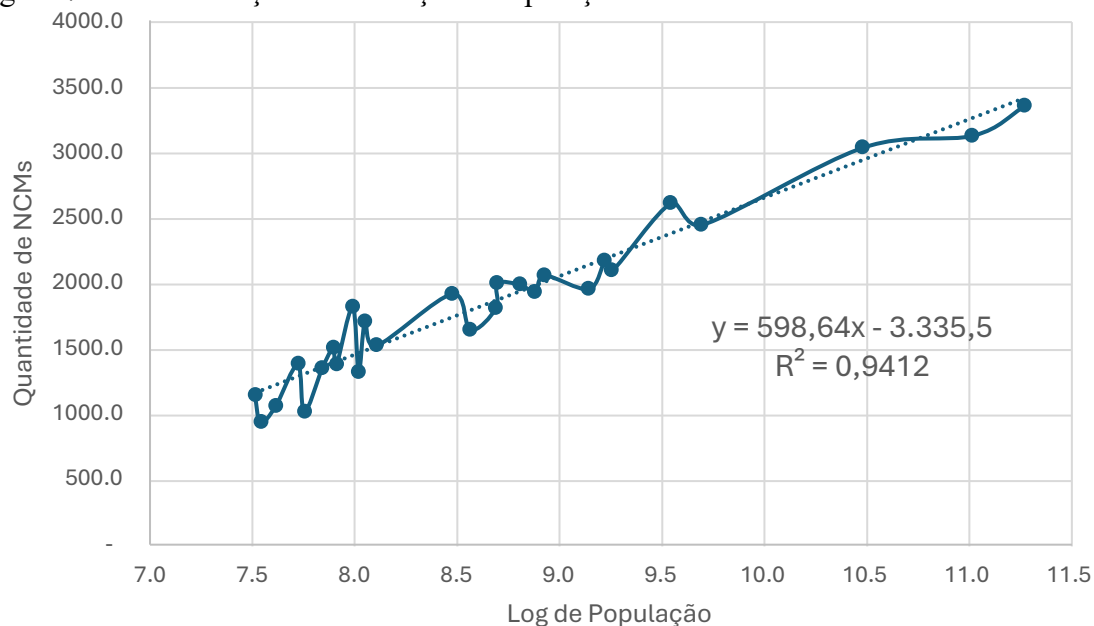
A figura 7 enfatiza a relação de tamanho de população com diversificação da produção, representada pela quantidade singular de NCM (Cod_Ncm_6) em cada município. É uma relação log-linear (logaritmo natural). Significa que o crescimento é mais intenso no começo (população menor) e vai desacelerando para cidades maiores. Uma variação na população em 1% gerará impacto de 6 novos NCMs. As estimativas para casos concretos como a variação de população de Santo Ângelo (79.130 hab., \ln 11.28) para Mato Queimado (1.833 hab., \ln 7.51), implica em 2.256 novos NCMs, enquanto os dados mostram 2.215, ou seja, 98% de acuracidade. O modelo possui um R^2 de 94%, que é a variação na quantidade de NCMs do município que pode ser explicada pela variação da população. Quem está abaixo do que seria esperado sugere estar abaixo do potencial ou dependência de poucos produtos. Alguns outros fatores também poderiam aumentar o poder de explicação, mas a forte relação mostra que a população é de grande influência na diversidade da produção.

O modelo constata uma taxa marginal de crescimento da diversificação decrescente em relação ao crescimento da população, pois a relação NCM per capita é de aproximadamente 0,60 para municípios na faixa de 2 mil habitantes, possuindo assim alta diversidade relativa. A taxa de incorporação de novos produtos vai decrescendo, e parece haver um ponto de transição na faixa entre 5 mil e 7 mil habitantes, e após esta a taxa cai para 0,20 a partir de 10 mil e 0,05 para 60 mil habitantes.

Assim, temos de certa forma uma validação do conhecimento empírico dos Jesuítas sobre tamanho ótimo de comunidade, mesmo 400 anos atrás, pois geralmente os povoamentos eram dimensionadas para entre 5 mil e 10 mil pessoas nas reduções segundo os registros. Na

criação de novas reduções em geral havia migração de 750 famílias e 21 caciques, ou 3 mil indígenas (Barcelos, 2022; Lugon, 1977). Interessante notar que a mesma análise com os 497 municípios do RS, apresenta números similares na taxa marginal de crescimento da diversidade produtiva com a relação população, e a equação a nível estadual é de um $Y = 605,79 X - 3.417,9$, com R^2 de 0,89, muito similar a dos 27 municípios da Missões apresentada na figura 7. A nível de estado ocorre igualmente a criação de 6 NCMs (605.79/100) para uma variação de 1% na população.

Figura 7 - Diversificação da Produção e População na AMM



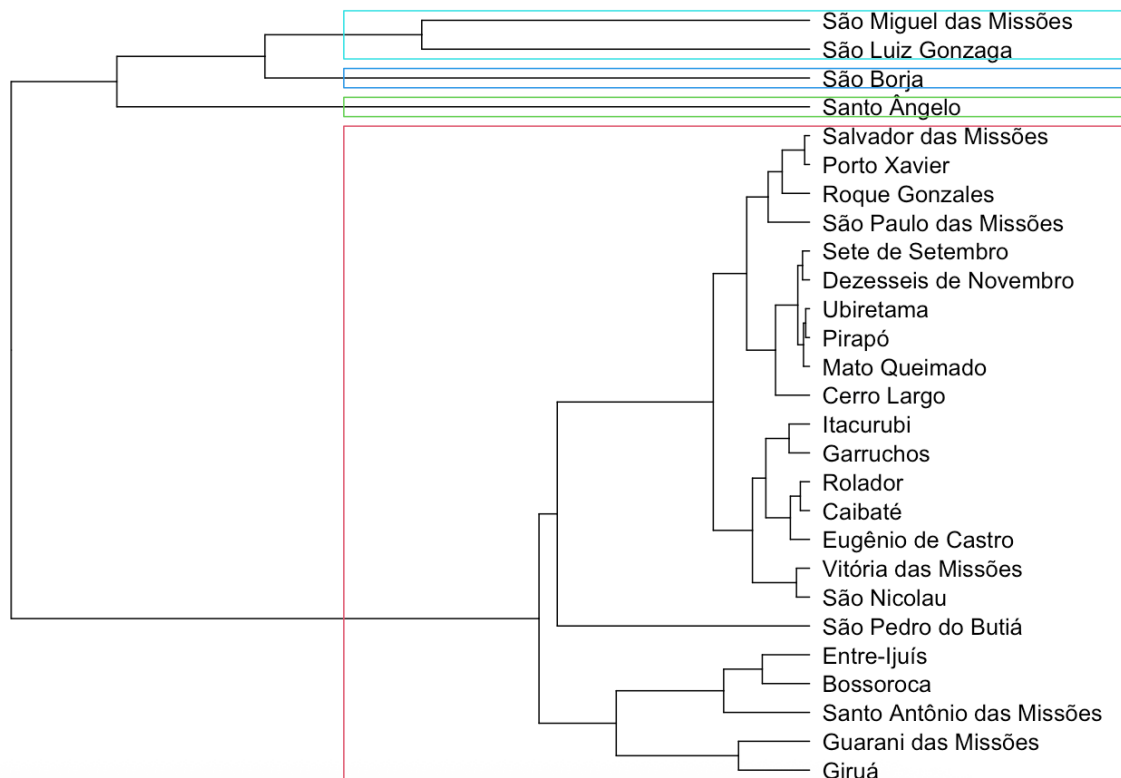
Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise de cluster através de dendrograma mostra o agrupamento dos municípios com base em similaridade na estrutura produtiva, baseada nos 10 maiores produtos da região da AMM (figura 8). Quanto mais próxima da base a fusão acontece, mais semelhantes são os elementos. O maior grupo representado no retângulo vermelho inclui 23 municípios, tais como Entre-Ijuís, Bossoroca, Caibaté, São Nicolau, Vitória das Missões, Rolador, Itacurubi etc. São voltados para atividades mais homogêneas ou menos diversificadas.

O grupo azul claro contém São Miguel das Missões e São Luiz Gonzaga, que estão juntos e bem distantes dos demais, compartilhando uma estrutura produtiva específica e relativamente diferente do grupo vermelho. O Grupo azul escuro tem apenas São Borja que embora esteja sozinho está mais próximo ao grupo azul claro. Isso indica que São Borja é parcialmente similar aos municípios azuis claros, mas ainda assim diferente o suficiente para formar um grupo isolado. No grupo verde está Santo Ângelo, com distância moderada dos demais, indicando ser mais diversificado e com algumas especializações únicas. Em resumo,

existe uma alta homogeneidade regional indicando forte semelhança na base produtiva regional. Isso sugere uma política de fomento a diversificação no grande grupo vermelho, e referenda os resultados da forte identidade e importância do legado jesuítas apresentados nesse estudo.

Figura 8 – Dendrograma, análise de cluster dos 10 maiores NCMs da região das Missões



Fonte: Elaborada pelos autores.

7. Conclusões

O objetivo principal deste estudo foi uma avaliação dos indícios de influência econômica das Missões Jesuíticas no RS, buscando identificar e dimensionar o seu legado. A principal questão esclarecida é saber se havia persistência das atividades econômicas documentadas referentes ao período de 1626 a 1756 até os dias atuais quando as Missões completam 400 anos de seu início.

A pesquisa identificou 51 produtos que compuseram 174 NCMs segundo nomenclatura do Mercosul. A verificação de identidade verificou a existência de no mínimo a metade dos produtos criados outrora nas reduções jesuíticas. Quanto ao legado, que pode ser chamado de herança ou persistência, os resultados apontam que a média dos municípios é de 19%, ou seja, aproximadamente 1/5 dos valores de toda produção anual atual refere-se a itens originários das reduções. Em alguns municípios esse percentual chega a 60%, como em Vitória das Missões e

São Borja. A análise espacial mostra maior legado no Oeste, seguido da parte central da região, e menor ao Norte.

Na análise conjunta dos municípios identifica-se que o legado avança para 22%, sendo esse o percentual da produção atual que é baseada nos produtos originários do Séc. XVII. Outras análises apontaram uma grande homogeneidade da estrutura produtiva da região. A análise apontou ainda a relação log-linear de população com diversidade econômica, que demonstra que para um aumento de 1% da população haverá a criação de 6 novos produtos, ao nível do NCM com 6 dígitos. Resultado de destaque é que os Jesuítas pareciam intuir um nível ótimo de dimensão de povoamento, computando população e diversidade econômica, pois nas reduções normalmente havia entre 5 mil e 10 mil habitantes, em regra. E que ao haver superpovoamento faziam a migração com cerca de 3 mil pessoas para criar uma nova redução. É possível recomendar que alguns municípios missioneiros, especialmente os 23 apontados na análise de cluster, poderiam ser beneficiados de algum aumento populacional e a consequente diversificação produtiva, pois os tornaria mais resilientes. Em termo teóricos, as reduções jesuíticas comprovam que não existe limite para o desenvolvimento humano, e a imensa maioria das visões e modelos antigos encontram-se superados.

Uma limitação do estudo é quanto a exploração de outras variáveis como densidade populacional, educação, estrutura fundiária ou empregos, que poderiam elucidar melhor o legado jesuíta nas Missões. Futuras linhas de pesquisa devem incluir análises para simular fatores de crescimento, tendo em vista que muitos municípios poderiam estar mais diversificados e mais populosos. De qualquer modo, a revisão bibliográfica foi extensa e a base de dados utilizada neste estudo é expressiva, o que confere segurança em relação aos resultados encontrados.

Referências bibliográficas

- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2012). *Por que as nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Elsevier.
- Archivo General de Indias – Ministerio de Cultura (España). (1524, 8 de febrero; traslado del Tratado original de 7 de junio de 1494). *Tratado de Tordesillas, traslado parcial con capitulaciones sobre demarcación y límites del Mar Océano [Manuscrito digitalizado]*. En Archivo General de Indias, PATRONATO, 1, N. 6, R. 2. Recuperado de PARES: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/121027>.
- Archivo Histórico Nacional. (1777, 1 de octubre). *Tratado preliminar de límites en América y Asia celebrado entre España y Portugal, concluido y firmado por los respectivos plenipotenciarios, el conde de Floridablanca y Francisco de Souza, en San Ildefonso [Manuscrito digitalizado]*. ESTADO, 3373, Exp. 4. Recuperado de PARES: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/show/5347016>.

- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2021). *A economia dos pobres: Uma nova visão sobre a desigualdade*. Editora Zahar.
- Barbosa, F. D. (1976). *História do Rio Grande do Sul*. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- Barcelos, A. H. F. (2022). A fundação de São João Batista. In A. M. de F. Theisen (Coord.), *Guia de visitação do Sítio Arqueológico de São João Batista* (Coleção Reduções Missionárias) [Guia turístico]. <https://grandeprojetomissoes.com.br/guia-de-sao-joao-batista/>
- Brasil. (ca. 1874a). *Recenseamento do Brazil em 1872 (Vol. 1 – Império do Brazil)*. Typographia G. Leuzinger. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf
- Brasil. (ca. 1874b). *Recenseamento do Brazil em 1872 (Vol. 11 – Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul)*. Typographia G. Leuzinger. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v11_rs.pdf
- Cardoso, F. H., & Faletto, E. (2010). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica* (9ª ed.). Civilização Brasileira.
- Cardoso, O. V. (2007). *Integração na atualidade: OMC e blocos regionais*. Editora Unijuí.
- Carvalho e Melo, S. J. de (Marquês de Pombal). (1989). *República Jesuítica Ultramarina* (1ª ed. brasileira). Martins Livreiro Editora/FUNDAMES. (Original publicado em 1757)
- Cesar, G. (1979). *História do Rio Grande do Sul: Período colonial* (2ª ed.). Globo.
- Cruz, L. D. C. (1984). *O tratado de Montevideú 1980*. ESAF.
- Cunha, J. R. da. (1853). Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguary. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 16, 233–235. <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=8496>
- Diamond, J. (2018). *Armas, germes e aço: Os destinos das sociedades humanas* (20ª ed.). Record.
- Dias Júnior, C. S., & Verona, A. P. (2018). Nota técnica: Os indígenas nos Censos Demográficos brasileiros pré-1991. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 35(3), e0058. <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/dzrp39QNQG7BRDPqQyrb4dN>
- Fernandes, E. B. B. (1998). O conceito de região e os aldeamentos jesuíticos: Uma possibilidade. *História Revista*, 3(1/2), 7–25. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4852292>.
- Ferreira Filho, A. (1965). *História geral do Rio Grande do Sul: 1503–1964* (3ª ed.). Editora Globo.
- Flores, M. (1982). *Modelo político dos Farrapos* (2ª ed.). Série Documenta 1. Editora Mercado Aberto.
- Fortes, A. B. (1963). *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo.
- Furtado, C. (1987). *Formação econômica do Brasil* (22ª ed.). Editora Nacional.
- Hamilton, A. (2017). How the Jesuits survived their suppression: The Society of Jesus in the Russian Empire (1773–1814), by Marek Inglot, S.J. Edited and translated by Daniel L. Schlafly. *Heythrop Journal*, 58, 536–536. <https://doi.org/10.1111/heyj.12566>

- Huberman, L. (1986). *História da riqueza do homem* (21ª ed.). Editora Guanabara.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2007). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10021401&parte=1>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2023). *Censo demográfico 2022: Indígenas – Primeiros resultados do universo*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>
- Kern, A. A. (1982). *Missões: Uma utopia política*. Mercado Aberto.
- Lacerda, A. C. de, Bocchi, J. I., Rego, J. M., Borges, M. A., & Marques, R. M. (2004). *Economia brasileira* (2ª ed.). Editora Saraiva.
- Lazzarotto, D. (1978). *História do Rio Grande do Sul* (3ª ed.). Sulina.
- Lissker, B. (2024). *Ciência, raça e nação: A obra de Gobineau e a produção do discurso racialista no Brasil (1850–1888)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Sapientia. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/44064/1/Beatriz%20Lissker.pdf>
- Lugon, C. (1977). *A república comunista cristã dos Guaranis: 1610–1768* (3ª ed.). Paz e Terra.
- Lutterbeck, J. A. (1977). *Jesuitas no Sul do Brasil*. Instituto Anchietano de Pesquisas.
- North, D. C. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspectives*, 5(1), 97–112. <http://www.jstor.org/stable/1942704>
- North, D. C., Wallis, J. J., & Weingast, B. R. (2006). A conceptual framework for interpreting recorded human history. *NBER Working Paper Series*, N° 12795. National Bureau of Economic Research. https://www.nber.org/system/files/working_papers/w12795/w12795.pdf
- Oliveira, J. R. de. (2009). *Pedido de perdão ao triunfo da humanidade: A importância dos 160 anos das Missões Jesuítico-Guarani*. Martins Livreiro.
- Paim, G. (2009). *Amazônia ameaçada: Da Amazônia de Pombal à soberania sob ameaça* (2ª ed., Vol. 116). Edições do Senado Federal.
- Pesavento, S. J. (1982). *História do Rio Grande do Sul* (2ª ed.). Mercado Aberto.
- Polèse, M. (2009). *The wealth and poverty of regions: Why cities matter*. The University of Chicago Press.
- Polèse, M. (2020). *The wealth and poverty of cities: Why nations matter*. Oxford University Press.
- Prebisch, R. (2022). La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo. *El Trimestre Económico*, 89(353), 371–385. <https://doi.org/10.20430/ete.v89i352.1408>
- Rostow, W. W. (1959). The stages of economic growth. *The Economic History Review*, 12(1), 1–16. <https://doi.org/10.2307/2591077>
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia de Bolso.
- Silveira, H. J. V. (1979). *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Companhia União de Seguros Gerais - Erus.
- Soto, H. de. (2000). *The mystery of capital: Why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else*. Basic Books.

- Theisen, A. M. de F. (Coord.). (2021). *Guia Turístico da Redução de São Lourenço Mártir* (Coleção Reduções Missionárias). [Guia turístico]. <https://grandeprojetomissoes.com.br/guia-turistico-da-reducao-de-sao-lourenco-martir/>
- Vianna, Z. M. (2008). Urbanidade nas reduções jesuíticas: A língua uniforme, o espaço geometrizado e o tempo perfeito. *Revista Letra Magna*, 13(25), 29–38. <https://revistaletramagna.com/ISSN1517-7238> (se disponível)
- Weber, M. (2020). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Edipro.

Contribuições dos Autores: Conceitualização, J.L.T.; Metodologia, J.L.T.; Investigação, J.L.T.; Redação — preparação do rascunho original, J.L.T; Análise formal, J.L.T., J.M.P. e C.R.; Redação — revisão e edição, J.L.T., J.M.P. e C.R. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

Agradecimentos. Katia Midori Hiwatashi pelo apoio em coleta de livros e artigos. Michel Millem Camara pela extração dos dados da Receita Estadual do RS e Elio Dornelles Andres Filho pela ilustração da figura 1.

Fontes de financiamento:

Esta pesquisa não recebeu nenhum financiamento específico de agências de fomento dos setores público, comercial ou sem fins lucrativos.

Declaração de Disponibilidade dos Dados:

A disponibilidade destes dados está sujeita a restrições. Os dados foram obtidos da Receita Estadual do RS e estão sob sigilo fiscal.

Conflitos de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.